

Malan entrega cópias do plano para ministros latino-americanos

por Paulo Totti
de Washington

Aproveitando a estada do ministro Domingo Cavallo em Washington na quarta-feira, durante uma reunião de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o presidente do Banco Central, Pedro Malan, entregou-lhe uma cópia do plano de estabilização. Cavallo agradeceu, mandou cumprimentos ao seu colega brasileiro pelo esforço de tentar o equilíbrio das contas públicas e prometeu examiná-lo com atenção para oferecer sua opinião pessoalmente durante a reunião que ambos - mais os chanceleres Guido di Tella e Celso Amorim - vão realizar neste fim de semana para discutir o andamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Malan fez também a entrega de cópia do plano aos outros cinco ministros latino-americanos presentes à reunião no BID (Chile, Colômbia, Peru, México e Venezuela). Hoje, de regresso de uma viagem rápida a Miami, onde foi, ontem, fazer conferência num seminário organizado pelo Council of Americas e a revista Forbes. Malan vai completar o que considera "circuito obrigatório" de visitas de um presidente de Banco Central latino-americano em Washington: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Departamento do Tesouro. Parte desse roteiro já deveria ter sido cumprido na quarta-feira, mas a duração da reunião do BID, que começou pela tarde e só findou com um jantar às 21 horas, impediu Malan de manter todos os contatos previstos para esse dia.

Cauteloso como sempre - e gripado desde a reunião do fim de novembro em Toronto, Canadá, onde foram assinados os principais contratos de renegociação da dívida externa, um estado febril que o frio de Washington só fez agravar -, Malan não quis dar detalhes dos encontros que manteve, também durante a reunião

do BID, com o secretário do Tesouro, Lloyd Bentsen, e o subsecretário Larry Summers. "Foram encontros positivos e cordiais", afirmou. "Tratava-se de uma reunião para discutir o aumento de capital do BID e não houve oportunidade para abordar com profundidade outras questões."

Escolado em muitos anos de convivência com autoridades americanas e organismos internacionais, Malan prefere calar-se a antecipar reações, pois sabe que, por mais cordiais que sejam os encontros com membros do FMI ou do Departamento do Tesouro, a emissão de cupons do Tesouro para a garantia do pagamento da dívida vai depender do aval do FMI ao plano brasileiro e este de sua aprovação pelo Congresso.

A imprensa internacional não ajudou, por outro lado, na preparação de um terreno favorável ao périplo de Malan. Os dois jornais influentes nos meios econômicos e financeiros dos Estados Unidos - Financial Times, de Londres, e Wall Street Journal, de Nova York - publicaram chamadas de primeira página sobre o lançamento do plano, mas manifestaram ceticismo sobre sua execução. E, ontem, o The Washington Post publicou artigo com o seguinte título de cinco colunas: "Escândalo de corrupção ameaça a democracia brasileira".

Sobre os resultados da reunião do BID, Malan manteve a parcimônia: "Foi uma reunião preliminar, a nível político, e não seria diplomático revelar seus detalhes". O presidente do BID, Enrique Iglesias, não observou tantos cuidados. Ao conduzir Lloyd Bentsen até a porta do BID, depois do jantar na quarta-feira, Iglesias disse aos jornalistas de plantão: "Está tudo muito bem, vamos conseguir aumentar o capital do banco de US\$ 60 bilhões para US\$ 100 bilhões".

A assembléia geral do BID para aumento de capital está marcada para março ou abril do próximo ano

em Guadalajara no México, mas os seus principais acionistas se reuniram ontem para uma troca de impressões.

Os Estados Unidos (34% do capital) e os dois outros maiores acionistas (Brasil e Argentina, 11,7% cada um; a América Latina toda, 53%) concordaram preliminarmente com o aumento de capital e na aceitação de uma maior participação do Canadá (hoje com 4%), de europeus e japoneses, que somados, dispõem de pouco mais de 7%. A tendência é diminuir o peso específico dos atuais sócios principais para dar lugar às novas adesões. Ainda não há uma decisão sobre a aceitação da China.